

ESCÂNDALO DA CARNE EQUINA: UE LANÇA CAMPANHA COORDENADA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

A Comissão Europeia (CE) divulgará em meados de abril os primeiros resultados da campanha coordenada de inspeção sanitária, promovida nos 27 Estados-Membros da União Europeia (UE), para verificar se produtos vendidos como sendo de carne bovina continham carne equina. Os testes também procuram vestígios de fenilbutazona, um anti-inflamatório cuja utilização é proibida nos animais destinados para consumo humano.

A inspeção [foi uma das respostas da CE](#) à descoberta de carne equina em produtos cujo rótulo indicava apenas carne bovina. O escândalo alimentar começou na Irlanda, no dia 15 de janeiro, quando um teste realizado em várias marcas de hambúrguer revelou percentuais de carne equina. Depois foi a vez do Reino Unido, onde o governo detectou 100% de carne de cavalo em amostras de lasanha à bolonhesa etiquetada como 100% carne bovina. O que parecia restrito a esses dois países acabou se estendendo a outros 20 países europeus, quando se descobriu uma teia de intermediários entre o abatedouro, o processamento e a distribuição de produtos prontos ao mercado.

Estão em curso iniciativas de *recall* de produtos etiquetados incorretamente, em estreita cooperação com a indústria e as autoridades dos Estados-Membros. A CE se pronunciou com a posição de que o escândalo da carne de cavalo não é um caso de segurança alimentar, mas sim uma questão de fraude, não havendo indicações de que exista uma ameaça para a saúde pública.

Perante os deputados da comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) do Parlamento Europeu, o comissário europeu da Saúde e do Consumidor, Tonio Borg, afirmou que a obrigação de indicação detalhada dos ingredientes e do país de origem na etiqueta se aplica apenas à carne bovina fresca e que em breve se aplicará igualmente às carnes ovina, suína e caprina. A questão que agora se coloca – nada fácil, segundo o comissário – é se será igualmente aplicável a produtos processados contendo carne. Em relação à referência do país de origem, o comissário informou que aguarda o estudo de impacto encomendado.

(continua)

Nesta Edição

Missão da UE inspeciona suínos brasileiros	Pág. 02
Reforma da PAC 2014-2020 passa pelo plenário	Pág. 03
UE quer indicação de origem em produtos não alimentícios	Pág. 05
REACH é considerada a legislação mais onerosa para as PMEs	Pág. 06
REACH: prazo final para registro de substâncias químicas	Pág. 06
Exportador: entenda suas obrigações para com o REACH	Pág. 07
Fique de olho: acompanhe o calendário REACH	Pág. 08
Acordos Internacionais	Pág. 09
Bruxelas em Movimento	Pág. 10
Agenda da UE - destaques de abril de 2013	Pág. 11

Envolvimento do Brasil

Apesar do Brasil não ter nenhuma relação com a fraude europeia, acabou surgindo na discussão o nome de países da América que exportam carne de cavalo para a UE. Durante a sessão da comissão parlamentar, de 28 de fevereiro, o comissário Borg afirmou que 70% da carne equina foi produzida na UE e que os 30% restantes foram importados de países como o Brasil, a Argentina, o México ou o Canadá. A citação foi ambígua, ficando a dúvida se o comissário se referia ao escândalo em si ou ao mercado em geral.

Por outro lado, foi publicada no sistema RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed), de 19 de fevereiro, [a notificação nr. 2013.0213](#) sobre suspeita de fraude em carne bovina originária do Brasil, da Bélgica, da Alemanha, da Polônia e dos Países Baixos, pela presença de DNA de carne equina (3 a 4%). O produto foi posteriormente utilizado em produtos processados da Nestlé (ravioli e tortellini de carne bovina) vendidos para a Itália e a Espanha.

O Brasil, que fez a sua [primeira auditoria](#) requisitando a exportação de carne equina em 2009, está hoje em [oitavo lugar](#) no ranking mundial de exportadores de carne de cavalo. Bélgica, Holanda, Itália, Japão e França são os principais importadores e, durante o ano de 2012, [cerca de duas toneladas](#) de carne equina foram exportadas para a UE.

Missão da UE inspeciona suínos brasileiros

Uma missão do Serviço Alimentar e Veterinário (FVO, sigla em inglês) da Direção Geral da Saúde e dos Consumidores (DG SANCO) da Comissão Europeia estará no Brasil, entre os dias 20 e 31 de maio (datas confirmadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), para avaliar o controle oficial de resíduos e contaminantes em animais e seus produtos derivados.

A agenda inclui a inspeção do “sistema piloto de segregação” implantado para a produção da carne suína em Santa Catarina. A missão vai inspecionar os animais vivos desse projeto piloto e controlar os produtos derivados desses animais. Os técnicos europeus querem a garantia de que vão receber apenas a carne dos porcos abatidos que não tenham ingerido algum tipo de substância beta-agonista, classe que inclui a ractopamina, promotor de crescimento tanto de suínos, quanto de bovinos. Desde 2002, o governo brasileiro autoriza o uso do aditivo na produção de suínos.

Atualmente o Brasil não tem autorização para exportar carne suína para a UE. O relatório da última missão dos técnicos europeus ao Brasil, em 2011, apontou deficiências na identificação dos suínos e no acompanhamento em todas as fases da cadeia alimentar, assim como nos frigoríficos. Foi a terceira vez que a carne suína foi avaliada pelos técnicos europeus, com a demanda de abertura de mercado.

Os principais destinos da carne suína brasileira são Rússia, Ucrânia e Hong Kong. Em 2012, o setor exportou 581,48 mil toneladas e faturou US\$ 1,49 bilhão, segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Carne Suína (ABIECS).

Carne bovina

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) suspendeu, em novembro de 2012, a importação dos beta-agonistas empregados na produção de bovinos.

O governo brasileiro preferiu suspender o ingresso dos aditivos no mercado após uma reunião bilateral, realizada em Bruxelas no ano passado. Na ocasião, as autoridades europeias disseram que poderá ocorrer o veto à entrada de produtos de toda a cadeia de carne bovina nacional - de produtos ou subprodutos *in natura* até produtos processados - se forem identificados vestígios de um dos aditivos.

O setor privado ficou responsável por apresentar uma proposta ao MAPA para a criação de um programa de segregação que garanta a separação da carne produzida sem as substâncias beta-agonistas para exportação à UE. Os dois lados estão em fase de troca de documentos e sugestões. O programa será auditado e certificado pelo Ministério da Agricultura. Só depois é que o “*split system*” – nome utilizado para o sistema de segregação - será enviado para a apreciação das autoridades europeias.

No ano passado, as exportações de carne bovina para a União Europeia somaram 115,08 mil toneladas, que renderam US\$ 792,8 milhões, segundo dados do MAPA. Os valores comercializados representam uma redução de 2,44% em relação aos valores negociados em 2011.

Embora sejam substâncias produzidas em território europeu, o uso de ractopamina e dezilpaterol (outro beta-agonista) é proibido na UE, mas aprovado em diversos países, como África do Sul (desde 1995), Canadá (desde 2009), Colômbia (desde 2008), Costa Rica (desde 2007), Coreia do Sul (desde 2010), Estados Unidos (desde 2006), Equador (desde 2006), Guatemala (desde 2004), Honduras (desde 2007), México (desde 2005) e Nicarágua (desde 2004).

Reforma da PAC 2014-2020 passa pelo plenário

Garantir segurança alimentar, produtos de alta qualidade e proteger o meio ambiente por meio de medidas ecológicas (*greening*) obrigatórias, mas de aplicação flexível, são as linhas gerais da posição do Parlamento Europeu (PE) para a nova Política Agrícola Comum (PAC). Durante três horas, [na sessão plenária de 13 de março, em Estrasburgo](#), os parlamentares deliberaram sobre a aplicação da nova regulamentação à proteção do meio ambiente e sobre a necessidade de eliminar gradualmente as quotas de produção, a fim de apoiar o mercado de modo mais consistente.

Os eurodeputados votaram emendas para quatro capítulos: regras para os pagamentos diretos, organização comum de mercado, desenvolvimento rural e regras horizontais relativas ao financiamento, gestão e acompanhamento da PAC. É a primeira vez que o PE é colegislador com os Estados-Membros em todas as matérias da PAC.

“Hoje temos um equilíbrio adequado entre segurança alimentar e proteção ambiental, de modo que a nova Política Agrícola da UE possa fornecer ainda mais produtos aos cidadãos europeus. Mas também deve ser menos burocrática e mais justa com os agricultores, não prejudicando a capacidade deles de lidar com crises. Esta será a nossa posição ao negociar a forma final do documento com os Estados-Membros”, disse o presidente da comissão parlamentar de agricultura, o eurodeputado italiano Paolo De Castro, após a votação.

Aplicação mais flexível do *greening* (medidas ecológicas)

Os parlamentares acabaram por limitar as penalidades por não cumprimento das medidas ecológicas obrigatórias (*greening*), defendendo a ideia de que elas devem ser implantadas de forma gradual. Os eurodeputados concordam que 30% dos orçamentos nacionais destinados aos pagamentos diretos devem ser condicionados ao cumprimento das medidas de *greening*, mas, a fim de flexibilizar o atual sistema de sanções sobre as três principais medidas ecológicas - diversificação das culturas, manutenção das pastagens permanentes e das áreas verdes e criação de “áreas ecologicamente focadas” -, os deputados apoiaram uma proposta de sistema de alerta, estilo “cartão amarelo”.

Desse modo, os agricultores que cometerem violações consideradas brandas receberão uma carta de advertência e terão a oportunidade de corrigir o problema antes de enfrentarem sanções administrativas.

Mais convergência e transparência

Os eurodeputados querem acabar com as diferenças dos pagamentos de apoio direto entre os Estados-Membros. É a regra da convergência externa. Atualmente os agricultores dos Estados-Membros mais antigos da UE recebem mais apoio do que os que ingressaram recentemente. A proposta do PE é que essas diferenças sejam reduzidas em ritmo mais rápido do que o proposto pela Comissão Europeia. Nenhum agricultor dos Estados-Membros deve receber menos que 65% da média da UE.

O plenário aprovou regras de transparências para o projeto de reforma da PAC. Os eurodeputados votaram a favor da emenda que prevê a publicação anual dos beneficiários dos fundos da PAC, incluindo pessoas físicas e jurídicas, e os valores recebidos por eles.

Medidas de condicionalidade

Os eurodeputados também estabeleceram um conjunto básico de regras de gestão que deverão ser cumpridas pelos agricultores, como uma série de requisitos legais de gestão (SMR) e normas de boas condições agrícolas e ambientais (GAEC), como a utilização sustentável dos pesticidas e a identificação eletrônica de ovinos, bovinos e suínos.

Os agricultores também terão que respeitar a proibição de certas substâncias, como hormônios estimuladores para aumentar a produção de animais (SMR 5), e cumprir as regras relativas à proteção das "águas subterrâneas" contra a poluição, ao mínimo de cobertura do solo e ao manejo mínimo da terra.

Controle de gastos menos burocráticos

O plenário aprovou igualmente uma série de medidas destinadas a eliminar a burocracia desnecessária e a garantir que as sanções aplicadas por não cumprimento de regras sejam proporcionais, especialmente as relativas a falhas tecnológicas de identificação e registro dos animais.

RECAPITULANDO...

Em outubro de 2011, [a Comissão Europeia \(CE\) anunciou](#) o projeto legislativo para o novo período da Política Agrícola Comum (PAC). A proposta para 2014-2020, compreendendo medidas ecológicas (*greening*), pretende:

- Melhoria da biodiversidade e redução de emissões de gases de efeito estufa;
- Criação de mecanismos de incentivo, dentro do regulamento sobre pagamentos diretos, para que os agricultores apliquem o rodízio de culturas, como forma de reduzir o uso de pesticidas e fertilizantes;
- Preservação de pelo menos 7% da terra nas áreas consideradas de "amortecimento" ou de pastagens permanentes. O objetivo é ajudar a reduzir as emissões.

Leia mais informações nos links:

Newsletter de [dezembro](#) e [janeiro](#)

Leite, açúcar e vinho

Os parlamentares sugeriram a concessão de subsídios, por pelo menos três meses, aos produtores de leite que, voluntariamente, decidirem reduzir suas produções em pelo menos 5%. As emendas que previam prorrogação das quotas leiteiras, que deveriam terminar em 2015, foram rejeitadas pelo PE.

Por outro lado, o Parlamento vetou a proposta que previa a expiração das quotas de açúcar em 2015, de modo a permitir que os produtores de beterraba se preparem para a autorregulação do setor apenas em 2020. Ainda segundo o PE, os direitos de plantação das vinhas também deverão ser prolongados até pelo menos 2030.

Conselho da Agricultura

Na sequência da aprovação do Parlamento, os ministros da agricultura dos Estados-Membros da UE participaram de uma reunião do Conselho de Agricultura e Pescas em Bruxelas, entre os dias 19 e 21 de março. Todos, exceto a Eslováquia e a Eslovênia, chegaram a um acordo sobre as linhas gerais da reforma da PAC.

Essa decisão é o ponto de partida para as negociações com os Estados-Membros, que começarão em 11 de abril e deverão terminar em 30 de junho. [Do lado do PE](#), o presidente da comissão de Agricultura, o eurodeputado italiano Paolo De Castro, vai liderar as negociações.

Logo após a reunião do Conselho, o comissário europeu da Agricultura, Dacian Ciolos, [afirmou que](#) os Estados-Membros devem rever suas posições sobre a convergência dos pagamentos diretos (valor que os agricultores vão receber por hectare e as diferenças que serão estabelecidas entre os antigos e os novos Estados-Membros) e também sobre a questão do vínculo dos pagamentos diretos às medidas ambientais. Ciolos [também levantou](#) o ponto da desgravação do regime de quotas do açúcar, que deveria terminar em 2015, mas foi prorrogada para 2020 depois de votação do PE.

A reforma da PAC (2014-2020) deve entrar em vigor em janeiro de 2014.

Curiosidades da PAC

[Mais de 77% do território da UE é considerado área rural](#) (47% de fazendas e 30% de florestas), onde trabalham 13,7 milhões de agricultores em tempo integral. Em comparação, os Estados Unidos têm 2,8 milhões de agricultores.

O orçamento da PAC para 2014-2020 ficará em torno de 373.179 bilhões de euros, representando cerca de 40% do orçamento de funcionamento da União Europeia. Apesar da importância política e fiscal da PAC para a UE, a agricultura é responsável por apenas 1,7% do PIB e 4,6% do emprego do bloco europeu. Produtos agroalimentares representaram 6,5% das exportações em 2010. Os dados encontram-se no Relatório de 2012 de monitoramento e avaliação da política agrícola dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pág. 137.

UE quer indicação de origem em produtos não alimentícios

A comissão do [Mercado Interno e Proteção do Consumidor do Parlamento Europeu](#) (IMCO) começou a avaliar em março a proposta de regulamento da Comissão Europeia (CE) que visa exigir que todos os produtos não alimentícios contenham etiquetas com a indicação obrigatória do país de origem, sejam eles Estados-Membros ou países terceiros. A regra faz parte do [novo pacote legislativo apresentado pela CE](#) para melhorar a segurança de todos os produtos de consumo e aumentar a fiscalização no mercado único de todos os produtos não alimentícios, “nomeadamente dos importados de países terceiros”, [reforçou a CE em seu release de fevereiro](#).

Esta é a segunda vez que a CE propõe uma legislação sobre etiquetas de origem. A primeira proposta, conhecida como “regulamento *made in*”, havia sido retirada sob a alegação de falta de base jurídica. O Parlamento Europeu (PE) reclamou da ausência de uma alternativa e solicitou [uma nova proposta à CE](#), que reapresentou o regulamento das etiquetas *made in* dentro de um novo pacote legislativo.

De acordo com a nova proposta da Comissão, os fabricantes e os importadores devem assegurar que os produtos contenham a indicação do país de origem. Caso a dimensão e a natureza do produto não o permitirem, a indicação deverá ser fornecida na embalagem ou num documento que acompanhe o produto.

No caso dos produtos fabricados na UE, a indicação deve fazer referência à UE ou a um dos Estados-Membros. A indicação de origem deverá ser complementar aos requisitos básicos de rastreamento relativos à indicação do nome e do endereço do fabricante. Segundo a CE, essa informação ajudará as autoridades de fiscalização a traçar o percurso do produto até o local real de fabricação, além de facilitar o contato com as autoridades dos países de origem no âmbito de uma cooperação bilateral ou multilateral sobre segurança de produtos de consumo.

Contexto

No ano passado, a primeira proposta da CE foi retirada porque não era compatível com certas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), explicou o comissário europeu de comércio, Karel de Gucht, durante a sessão plenária de janeiro do Parlamento Europeu. A proposta retirada incluía apenas os produtos provenientes de países terceiros e não os bens produzidos na UE, porque os Estados-Membros são dispensados da etiqueta do país de origem para o comércio.

Próximo passo: As propostas da CE estão na comissão parlamentar IMCO para serem debatidas e votadas, seguindo para aprovação em plenário e, depois, no Conselho. Espera-se que a nova legislação entre em vigor em 2015.

REACH é considerada a legislação mais onerosa para as PMEs

A Comissão Europeia (CE) anunciou no dia 7 de março que o regulamento para registro, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos ([REACH](#)) [aparece em primeiro lugar](#) entre as 10 legislações mais onerosas para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). A conclusão é o resultado de uma consulta pública realizada pela CE e respondida por mil PMEs e organizações empresariais. O objetivo era verificar em quais domínios a regulamentação da União Europeia (UE) impede a criação de empregos e o crescimento e quais deles necessitam de mais análises e eventuais mudanças. A UE conta com 20,8 milhões de PMEs, que criam 85% dos empregos na Europa.

Em resposta à consulta pública, a CE comunicou a diminuição dos encargos do REACH a serem pagos pelas PMEs, que poderão se beneficiar de reduções entre 25% e 95% sobre os custos de registro, submissão do processo etc.

Reduções para as PMEs:

Tipo de empresa/Tipo de taxa	Média	Pequena	Micro
Registro	-35% (-30%)	-65% (-60%)	-95% (-90%)
Autorização	-25% (-20%)	-55% (-50%)	-90% (-85%)
Apelos	-25% (18.2%)	-25% (18.2%)	-25% (18.2%)

Para mais informações, acesse o [link](#).

REACH: Prazo final para registo de substâncias químicas

31 de maio de 2013 é a data limite para a indústria registrar pela internet todas as substâncias químicas fabricadas na União Europeia (UE) ou importadas por indústrias localizadas nos Estados-Membros do bloco em quantidades iguais ou superiores a 100 toneladas por ano. Está disponível na [página web da Agência Europeia das Substâncias Químicas \(ECHA\)](#) a lista das substâncias chamadas de “[integração progressiva](#)” a registrar.

Para auxiliar as empresas, [a ECHA publica a lista de substâncias identificadas por indústria](#), com o requisito de registro. Essa lista está sendo atualizada regularmente e continua, no dia 21 de março, 3.075 substâncias.

Exportador: Entenda suas obrigações para com o REACH

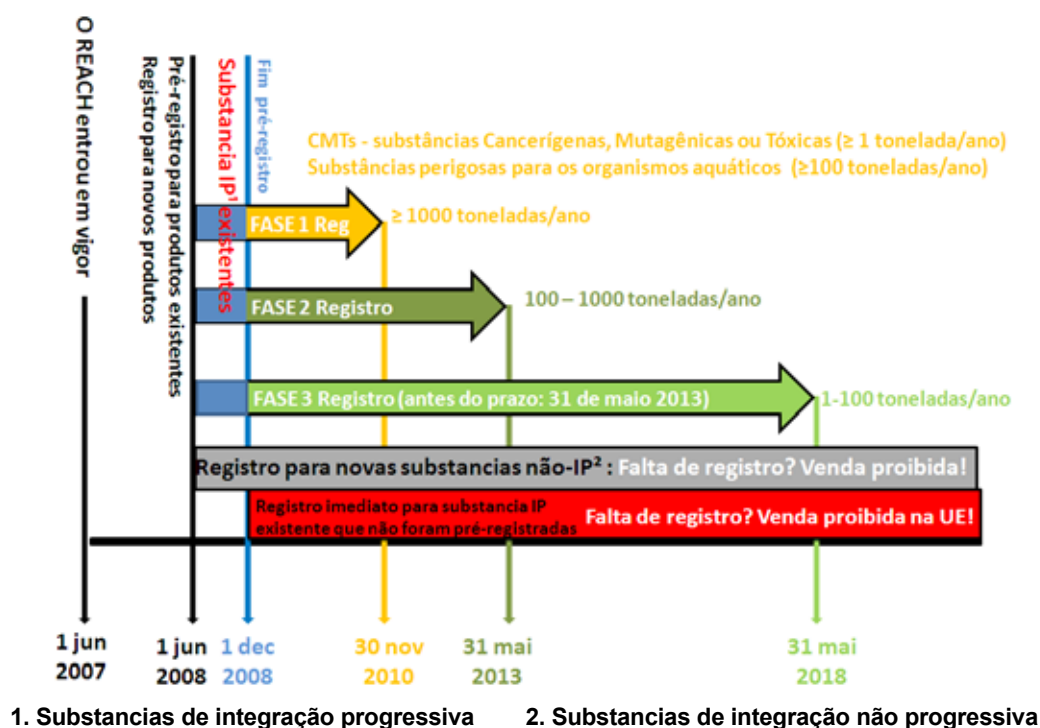
No caso dos exportadores para a UE, as obrigações do REACH deverão ser cumpridas pelos seus importadores ou por uma empresa estabelecida na UE que tenha sido nomeada como seu representante único. Entretanto os exportadores deverão fornecer aos importadores europeus todas as informações requeridas.

O Regulamento REACH aplica-se a todas as substâncias químicas; não apenas as que são usadas em processos industriais, mas também as que fazem parte da nossa vida diária, como as contidas em produtos de limpeza e tintas, em artigos como vestuário, mobiliário e aparelhos elétricos.

Em suma, o regulamento REACH tem repercussão num amplo conjunto de empresas de inúmeros setores, incluindo as que podem julgar não ter nada a ver com os produtos químicos. Assim, é importante identificar as obrigações da empresa de acordo com a atividade:

- Os fabricantes de substâncias químicas, para uso próprio ou para fornecimento a terceiros, incluindo importadores, provavelmente terão responsabilidades importantes, conforme o regulamento REACH.
- Os importadores de artigos vindos de fora da UE/EEE também deverão ter responsabilidades, segundo o regulamento REACH, em especial se os produtos forem substâncias químicas ou produtos acabados, como vestuário, mobiliário e peças de plástico.
- As empresas que utilizam substâncias químicas, muitas vezes manuseando-as sem se dar conta em suas atividades industriais ou profissionais, também terão de verificar as obrigações e responsabilidades destacadas pelo regulamento REACH. Essas empresas são chamadas “utilizadores a jusante”, termo que não se aplica aos consumidores.

No entanto as obrigações de pré-registro e registro do REACH são diferentes e dependem do momento em que a substância foi fabricada, importada ou colocada no mercado da UE pela primeira vez. Para saber se os produtos importados pela UE são isentos do registro REACH ou já se estão registrados, acesse a lista de categorias neste [link](#).



Fonte: REACH Helpdesk Portugal

FIQUE DE OLHO!

Entenda o Calendário

A ECHA recebeu os registros das substâncias químicas em 2008. Para as novas substâncias, o registro ainda pode ser feito, porém antes da fabricação ou importação. As substâncias existentes no mercado (as chamadas substâncias de integração progressiva) devem, desde que tenham sido pré-registradas, se registrar novamente e se beneficiar dos períodos ampliados (abaixo indicados) para a apresentação do registro, em função da quantidade de substância envolvida ou da periculosidade:

- até 30 de novembro de 2010: substâncias fabricadas na UE ou importadas em quantidades iguais ou superiores a 1000 ton/ano; ou substâncias classificadas como cancerígenas, mutagênicas ou tóxicas para a reprodução, fabricadas ou importadas em quantidades iguais ou superiores a 1 ton/ano; ou substâncias classificadas como muito tóxicas para os organismos aquáticos e capazes de causar efeitos nefastos a longo prazo no ambiente aquático, fabricadas ou importadas em quantidades iguais ou superiores a 100 ton/ano.
- até 31 de maio de 2013: substâncias fabricadas na UE ou importadas em quantidades iguais ou superiores a 100 ton/ano.
- até 31 de maio de 2018: substâncias fabricadas na UE ou importadas em quantidades iguais ou superiores a 1 ton/ano.

Acordos internacionais

Acordo UE-EUA: CE aprova mandato de negociação

A Comissão Europeia (CE) aprovou, no dia 12 de março, [o projeto de mandato](#) para firmar com os Estados Unidos o acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, em inglês), lançando assim a pedra inicial para as negociações que a CE espera “terminar rapidamente”.

O comissário europeu responsável pelo comércio, Karel de Gucht, está otimista e, em entrevista à imprensa, declarou que “não acredita que essas negociações levem anos (...) fechá-las não é uma questão de tempo, é uma questão de decisão”. De Gucht confirmou que Washington também tem o desejo de acelerar as conversações.

O comissário disse ainda que a CE está mantendo um ritmo acelerado de trabalho para que as negociações sejam lançadas oficialmente em julho e espera que o processo continue na mesma cadência. O mandato foi apresentado ao Conselho Europeu no dia 14 de março, mas ficará em suspenso até sua validação.

O tema estará na agenda da reunião informal dos ministros europeus de comércio, em Dublin, nos dias 17 e 18 de abril, como [explicou o ministro irlandês do Comércio, Richard Bruton](#), que preside atualmente o Conselho dos Ministros de Comércio da UE. A Irlanda tem a presidência da UE e a ambição de lançar oficialmente as negociações antes do fim de seu mandato, que será em junho.

O desafio das negociações

De Gucht reforçou, durante uma entrevista concedida em março, que não haverá concessões europeias nas questões de segurança alimentar e organismos geneticamente modificados (OGMs) e também que os Estados-Membros poderão continuar a subsidiar os setores audiovisuais. Outros temas sensíveis, no entanto, devem ser resolvidos no futuro, e o acordo deverá ser global, completou De Gucht.

[O comissário havia indicado em fevereiro](#) os principais pontos da negociação. Na ocasião, disse que a Europa já tem acordos com os EUA que garantem hoje uma tarifa média de 4% às importações europeias e que, por isso, o objetivo será chegar à tarifa zero ou prever prazos definidos de desgravação. Entretanto, continuou o comissário, o foco principal da UE serão as barreiras não alfandegárias - tais como as diferenças de regulamentos técnicos, as normas e certificações. Estas sim, afirmou De Gucht, representam um adicional aos produtos de 10% a 20%, elevando os ganhos para as empresas e para os consumidores.

Porém a CE não quer revelar o que consta no mandato, atualmente nas mãos dos Estados-Membros. “Toda negociação deve ter certo nível de confidencialidade. Não se pode negociar com o livro aberto, porque a contraparte também não o fará. Mas daremos informações ao Parlamento Europeu e ao Conselho, sempre que formos chamados, sobre qual direção estamos seguindo e qual é o número de temas sensíveis que estão sendo abordados”, afirmou o comissário.

Estudo prevê € 545 extras por ano para cada família europeia

No dia 12 de março, a CE também trouxe novos argumentos econômicos ao publicar o resultado de um novo estudo sobre o impacto do acordo transatlântico, encomendado pela Direção-Geral do Comércio ao Centro de Pesquisa de Política Econômica de Londres (CEPR). As conclusões destacam “os ganhos enormes que poderiam ser obtidos pela liberação do comércio entre a UE e os EUA, não só para os blocos comerciais, mas também para a economia global”, [como se lê no website da CE](#).

O estudo acredita que os benefícios financeiros sejam mais generosos dos que os previstos pela CE, [em 13 de fevereiro](#), que indicavam um ganho anual de 86 bilhões de euros para a UE e de 65 bilhões de euros para os EUA. Já o CEPR projetou 119 bilhões de euros a mais por ano para a UE, o que resultaria em um adicional de 545 euros por ano a mais para uma família europeia de quatro pessoas. Para os EUA, o ganho seria de cerca de 95 bilhões de euros por ano, resultando em 655 euros anuais por família norte-americana. Note-se ainda que a liberação entre os dois parceiros teria um impacto positivo sobre os rendimentos globais e o comércio mundial, aumentando a renda global em quase 100 bilhões de euros.

Já as exportações europeias para os EUA poderiam saltar 28%. Levando-se em conta o efeito sobre o comércio mundial, a soma de suas exportações aumentaria 6% para a UE (220 bilhões de euros) e 8% para os EUA (240 bilhões de euros). A indústria automotiva deverá ser de longe o primeiro setor beneficiário. Suas exportações para os Estados Unidos deverão mais do que dobrar (149%), assim como aumentarão as exportações de produtos de metal (12%), de alimentos preparados (9%), de substâncias químicas (9%) e de bens manufaturados (6%).

O estudo aponta ainda que o acordo trará benefícios para o mercado de trabalho, sem, no entanto, indicar números. Cita o exemplo de que, em 2008, 5 milhões de empregos europeus dependiam das exportações para os EUA. “O crescimento da atividade econômica e os ganhos de produtividade criados a partir do acordo beneficiarão os mercados de trabalho americano e europeu, tanto em termos de média dos salários, como em oportunidades para os trabalhadores altamente qualificados e pouco qualificados”, [segundo o memorando do estudo](#).

Em relação ao desenvolvimento sustentável, o acordo causaria apenas “um efeito negligenciável sobre as emissões de CO2 e o uso sustentável dos recursos naturais”.

UE E Japão agendam negociações para acordo de livre comércio

A União Europeia (UE) e o Japão anunciaram que a abertura oficial das negociações para um acordo de livre comércio acontecerá entre os dias 15 e 19 de abril, em Bruxelas. As negociações deveriam ter começado durante a [21ª Cúpula UE-Japão](#), em Tóquio, no dia 25 de março, mas tiveram de ser adiadas por causa da crise financeira que ameaça o Chipre. Na ocasião, o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, e o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, conversaram por telefone e anunciaram a nova data.

As conversas deverão envolver uma série de preocupações da UE, tais como as barreiras não tarifárias e a abertura do mercado de licitações públicas japonesas. Além disso, o diálogo visa um acordo que contemple a liberação progressiva e recíproca do comércio de bens, serviços e investimentos, assim como as regras sobre questões comerciais.

Segundo a Comissão Europeia, a previsão é que um acordo entre os dois poderes econômicos aumente o PIB da Europa entre 0,6% e 0,8%, resultando na criação de 400 mil novos empregos. Também se espera que as exportações da UE para o Japão aumentem 32,7% e que as exportações do Japão para a UE subam 23,5%.

BRUXELAS EM MOVIMENTO

UE QUER SIMPLIFICAR ATUAÇÃO DAS AUTORIDADES ADUANEIRAS

A União Europeia (UE) quer simplificar os procedimentos aduaneiros, dando às autoridades o poder de destruir determinadas mercadorias comerciais que infrinjam o direito de propriedade intelectual, sem que seja obrigatório passar por processos judiciais caros e formais. O procedimento faz parte do projeto de regulamento para o Plano de Ação Aduaneira da UE de luta contra as infrações aos direitos de propriedade intelectual entre 2013 e 2017, acordado em março pelo Conselho da UE.

Segundo a proposta de regulamento, os produtos piratas e falsificados poderão ser destruídos se o proprietário não se opuser explicitamente, enquanto em outras situações o proprietário das mercadorias deverá concordar explicitamente com a sua destruição. O novo regulamento não se aplica aos produtos não comerciais dentro das bagagens pessoais.

Também fazem parte do novo Plano de Ação a publicidade, a sensibilização do consumidor, a resposta ao problema das vendas de produtos pirata pela internet e a formação específica dos funcionários aduaneiros.

O objetivo é lutar contra as infrações aos direitos de propriedade intelectual. Em 2011, segundo dados do Conselho, o controle aduaneiro sobre direitos de propriedade intelectual na UE apreendeu quase 115 milhões de produtos piratas e falsificados. As vendas desse tipo de artigo pela internet triplicaram entre 2009 e 2011.

A posição do Conselho segue agora para o Parlamento Europeu e deverá ser votada nos próximos meses.

UE ENVIARÁ MISSÃO ELEITORAL AO PARAGUAI

A União Europeia (UE), a convite do governo do Paraguai, vai enviar uma missão de observação eleitoral ao sufrágio do dia 21 de abril com quase cem observadores. [Cerca de 3,5 milhões de paraguaios elegerão](#) presidente e vice-presidente, 17 governadores, 17 membros para as juntas departamentais, além de 45 senadores, 80 deputados e 18 parlamentares do Mercosul, mais seus suplentes, para mandatos de cinco anos.

A Missão de Observações Eleitorais da UE será chefiada pela eurodeputada Renate Weber, que está em Assunção desde o dia 14 de março, com a tarefa de reforçar a confiança no processo eleitoral paraguaio e aumentar a credibilidade do futuro governo. Analistas eleitorais da UE e outros observadores de longo e curto prazo fazem parte da missão.

Após as eleições, a missão permanecerá no Paraguai para observar a contagem final dos votos, assim como os possíveis procedimentos de reclamação, e vai preparar um relatório com recomendações para melhorar o processo eleitoral no futuro. Renate Weber apresentará o relatório final durante uma próxima visita ao Paraguai.

Destaques de abril de 2013

- | | |
|------------------|--|
| 3 - 5 | AFET visita o Brasil - Brasília e São Paulo, Brasil <ul style="list-style-type: none">• Visita oficial da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (AFET) ao Brasil. |
| 8 | Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) - Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">• O Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) organiza a conferência "O uso inteligente e sustentável da água na agricultura europeia". Para ver o programa, acesse este link. |
| 15 - 19 | Comissão Europeia - Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">• Início das negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Japão e a União Europeia. |
| 19 | Câmara Britânica de Comércio - Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">• A Câmara Britânica de Comércio na Bélgica organiza um debate sobre os acordos de livre comércio da UE. Entre os palestrantes estão o vice-diretor geral da DG Comércio, João Aguiar Machado, e o diretor executivo do European Services Forum, Pascal Kerneis. |
| 29 | Comissão Europeia - Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">• A Comissão Europeia organiza a conferência "Estratégia da UE para a adaptação às mudanças climáticas". O evento promete discutir as estratégias da UE nesse âmbito, os principais focos e as ações sugeridas. Para mais informação, acesse este link. |
| Data a confirmar | Comissão Europeia - Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">• A Comissão Europeia fará um <i>briefing</i> técnico, <i>off-the-record</i>, sobre a proposta de modernizar os seus instrumentos de defesa comercial. Para mais informação, acesse este link. |

Para aprimorar o Informativo e atender a interesses abrangentes, estamos abertos a ideias e sugestões sobre assuntos ou fatos relevantes a serem abordados nas próximas edições.
A sua opinião é importante! Entre em contato através do e-mail: ceb@cni.org.br.